



Senado vota divisão do pré-sal com DF, estados e municípios

PEC da Cessão Onerosa deve ser analisada na quarta-feira na CCJ e no mesmo dia seguir para o Plenário, atendendo apelo de governadores e prefeitos a líderes da Casa



Cid Gomes fala em encontro do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (3º à dir.), com governadores e senadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste na terça-feira

O Senado deve analisar na quarta-feira a proposta de emenda à Constituição que trata da sessão onerosa do pré-sal. Relatada pelo senador Cid Gomes, a PEC prevê que União, DF, estados e municípios fiquem com uma parcela dos recursos da segunda etapa da exploração do pré-sal. Por isso, é considerada tão importante por governadores e prefeitos, o que motivou os líderes e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a pautá-la paralelamente a outros temas importantes, como a reforma da Previdência. A proposta deve ser votada no mesmo dia na CCJ e no Plenário. **3**

Nota da Presidência do Senado

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou na sexta-feira a instalação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, que deve centralizar, no Congresso, o debate sobre os incêndios que atingem a floresta amazônica.

Como presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, externo a preocupação de todos os parlamentares com as queimadas que atingem a Amazônia nos últimos dias. O nosso sentimento é de que esse assunto merece uma atenção diferenciada para que possamos apresentar ao Brasil e ao mundo soluções efetivas.

O Legislativo brasileiro possui o espaço adequado para centralizarmos este debate, que é a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. Vou conversar com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sobre o andamento dos trabalhos neste colegiado e, já na próxima terça-feira (27), vamos instalar a comissão, sob a presidência do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE). A relatoria ficará sob a responsabilidade de um deputado(a).

Estamos atentos às ações do governo federal e aos alertas da sociedade.

Davi Alcolumbre
Presidente do Congresso Nacional

Para Mourão, Maçonaria ajudou a construir o país

O Congresso realizou sessão solene na sexta-feira em homenagem ao Dia do Maçom Brasileiro, comemorado em 20 de agosto. Presente no evento solicitado por Izalci Lucas, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, afirmou que a Maçonaria atuou na construção de uma sociedade brasileira moderna, que assegura a liberdade, privilegia o diálogo e se conduz pelo direito. **2**



Hamilton Mourão e Izalci Lucas durante a sessão solene de sexta no Senado

Reforma é inconstitucional, segundo debatedores

Participantes de uma audiência na Comissão de Direitos Humanos, na sexta-feira, disseram que a reforma da Previdência causará prejuízos aos mais pobres e é inconstitucional, porque viola os direitos humanos. Eles pediram que

o Senado aperfeiçoe o texto. O presidente da comissão, senador Paulo Paim, afirmou que é preciso mais tempo para o debate. Relator na CCJ, o senador Tasso Jereissati deve apresentar o relatório preliminar esta semana. **4**



O deputado distrital Chico Vigilante fala em audiência da Comissão de Direitos Humanos conduzida por Paim (C)

Regulação fundiária tem apoio de especialistas

A fórmula para acabar com o desmatamento e as queimadas na região amazônica passa pela regularização fundiária. A opinião é de debatedores ouvidos em audiência pública na sexta-feira. **3**

Desenvolvimento sustentável terá subcomissão **2**

Clube esportivo pode ter dívida com a União reduzida

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos prevê que clubes, ligas e confederações esportivas tenham suas dívidas com a União reduzidas se aderirem a um programa de modernização de gestão. **4**

Papel do Estado é tema de audiência pública hoje **2**



Vice-presidente Hamilton Mourão ao lado do senador Izalci Lucas, que preside a homenagem em Plenário

Maçonaria é exaltada em sessão solene no Senado

Na opinião do vice-presidente da República, Hamilton Mourão, ordem atuou na construção de uma sociedade que assegura a liberdade e privilegia o diálogo. Líderes de todo o país estiveram presentes

O CONGRESSO PROMOVEU sessão solene na sexta-feira em homenagem ao Dia do Maçom Brasileiro, comemorado em 20 de agosto. Para o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, a Maçonaria atuou na construção de uma moderna sociedade política, que assegura a liberdade, privilegia o diálogo e se conduz pelo direito.

— A contribuição do maçom à vida pública, política e social vem de longa data e distintas geografias.

Autor do requerimento para a homenagem, Izalci Lucas (PSDB-DF) disse que a busca pela perfeição é um dos princípios da Maçonaria.

— É certo que os maçons

estarão na linha de frente nos trabalhos de construção do Brasil que todos queremos, mais desenvolvido e justo.

O deputado General Girão (PSL-RN), que também assinou o requerimento, destacou que os sectarismos político e religioso são incompatíveis com a universalidade do espírito maçônico, que combate a tirania e a ignorância.

Major Olimpio (PSL-SP) ressaltou que a Maçonaria teve parte fundamental nos grandes momentos e nas grandes decisões da história do país e que, “por algumas circunstâncias ou destino, acabou, em determinado momento, se distanciando das grandes decisões da participação na

vida política”. Agora, afirmou, “o Brasil precisa demais da mobilização dos maçons”.

Nelsinho Trad (PSD-MS) disse que a Maçonaria atuou na construção de uma sociedade justa para todos.

Já para o grão-mestre-geral do Grande Oriente do Brasil, Múcio Bonifácio, sem a construção bem feita do presente, não teremos o futuro e que sobre os maçons pesa a responsabilidade pela participação em movimentos históricos.

O grão-mestre do Grande Oriente do Distrito Federal, Reginaldo Gusmão, afirmou que a Maçonaria é uma escola de aperfeiçoamento que tem por fim combater a ignorância em todas as suas formas.

Colegiado aprova subcomissão Brasil Século XXI

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou requerimento do senador Jaques Wagner (PT-BA), vice-presidente do colegiado, para a criação de uma subcomissão temporária destinada a propor políticas públicas, reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que representem um novo arranjo verde para o desenvolvimento sustentável.

A subcomissão terá o nome de Brasil Século XXI e deverá propor também ideias para alavancar os investimentos

nacionais e estrangeiros com o intuito de produzir “um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade”. O colegiado será composto por três titulares e três suplentes e terá prazo de 90 dias.

Também foi aprovado na quarta-feira requerimento do presidente da CMA, Fabiano Contarato (Rede-ES), para que a comissão debata projetos que propõem alteração de

limites ou categoria e criação ou extinção de unidades de conservação, como os PLSs 208, 247 e 407, todos de 2018, e o PLC 52/2017.

O senador criticou o posicionamento do governo em relação à Amazônia.

— Essa visão capitalista que desconstrói a Amazônia parte do presidente e também tem o apoio do ministro das Relações Exteriores, da ministra da Agricultura, do ministro do Meio Ambiente. Mas é uma visão míope.

Estado e desenvolvimento serão tema de audiência pública hoje

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove hoje, às 9h, audiência pública sobre o tema “O Estado necessário para o desenvolvimento brasileiro no século XXI”.

Foram convidados, entre outros, o presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea, José Celso Cardoso Júnior, o representante do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações

Públicas Federais de Geografia e Estatística (ASSIBGE), Bruno Mandelli Perez; o pesquisador Carlos Fidelis da Ponte, da Fundação Oswaldo Cruz; o representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN); Cláudio Anselmo Mendonça; e o vice-presidente da Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES), Arthur Koblitz.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEG	TER	QUA	QUI	SEX
CDH O Estado e o desenvolvimento 9h Audiência sobre o papel do Estado no desenvolvimento.	PLENÁRIO Sessão deliberativa 14h Discursos e avisos da Mesa.	CDR Ações da Sudeco 9h Audiência para debater ações da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste para os próximos dois anos.	CTFC Presidente do CNPq 9h30 Debate com João Luiz Filgueiras para prestar informações sobre suspensão do pagamento de bolsas a pesquisadores.	CCJ Recursos do pré-sal 10h Entre 17 itens, a PEC 98/2019, que permite a divisão dos recursos arrecadados pela União nos leilões do pré-sal.
CDH Transição na Previdência 9h Audiência sobre cálculo dos benefícios e regras de transição na proposta de reforma da Previdência.	CE Renovação do Fundeb 9h Audiência sobre renovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Às 11h, pauta de 11 itens.	CRA Defensivos agrícolas 11h Debate sobre contrabando de defensivos.	GASTOS PÚBLICOS Subcomissão 11h Instalação e eleição.	CMA Logística reversa 14h O PLS 93/2018, que determina sistema de logística reversa para produtos industrializados, é um dos 12 itens.
CI Bilhete rodoviário 9h Entre 7 itens, o PLC 153/2015, que garante segunda via de bilhete rodoviário.	CAE Presidente do Banco Central 10h Audiência com Roberto Campos Neto.	MP 890/2019 Médicos pelo Brasil 14h30 Audiência com o Conselho Nacional de Saúde, entre outros.	MP 888/209 Defensoria Pública 15h30 Audiência com a participação do defensor público-geral, Gabriel Oliveira.	CE Segurança de barragens 10h Audiência para debater criação do Dia Nacional de Segurança de Barragens.
CTFC Indicação para a IFI 10h30 Análise da indicação de Daniel Veloso Couri para diretor da Instituição Fiscal Independente. Depois, pauta de 11 itens.	CCJ Reforma tributário 14h Audiência para discutir a PEC 110/2019, que reformula o sistema tributário.	MP 887/2019 Contratos da Aeronáutica 14h30 Audiência com representantes do Comando da Aeronáutica e da Embraer.	SESSÃO ESPECIAL 45 anos da Codevasf 10h Comemoração dos 45 anos da Codevasf.	CCJ Reforma tributária 14h Audiência sobre reforma tributária.
CCT Conteúdo dos canais de televisão 14h Audiência sobre o PL 3.832/2019, que altera a Lei 12.485/2011 para permitir que a empresa que distribui os canais de televisão seja a mesma que produz o conteúdo.	MP 890/2019 Médicos pelo Brasil 14h30 Audiência com o Ministério da Saúde e conselhos de secretários de Saúde dos estados e dos municípios.	SESSÃO ESPECIAL Bezerra de Menezes 16h Homenagem ao expoente espírita.	SESSÃO ESPECIAL 52 anos do Senac-DF 14h Comemoração dos 52 anos do Senac-DF.	

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Sgraf)

PEC da Cessão Onerosa será votada em comissão e seguirá para Plenário

Proposta, que destina parte dos recursos da exploração do pré-sal para estados, DF e municípios, deve ser analisada na quarta-feira

UM ACORDO ENTRE líderes do Senado e o governo deve fazer a reforma da Previdência tramitar junto com mudanças que garantem mais dinheiro aos estados e municípios, aprimorando o pacto federativo. O recurso originado da segunda etapa de exploração da camada do pré-sal é objeto de disputa acirrada entre União, estados, DF e municípios.

Por isso, líderes colocaram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 98/2019, que trata da sessão onerosa do pré-sal, na mesa de negociações sobre o trâmite da Previdência, a fim de sensibilizar o governo para as demandas de governadores e prefeitos. Ela deve ser votada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na manhã da quarta-feira e seguir para o Plenário na tarde do mesmo dia.

Entre as mudanças propostas pela PEC, está a garantia de que todos os entes federados fiquem com uma parcela do que vai ser pago pela exploração do excedente de petróleo do pré-sal, chamado bônus de assinatura (pagamento que a empresa ganhadora da licitação realiza na assinatura do contrato).

O dinheiro da primeira etapa da exploração não chegou como esperado aos caixas dos estados e municípios porque a transferência do arrecadado pelo pré-sal é contabilizada no



Davi, entre governadores Renan Filho e Helder Barbalho, na 3ª feira

cálculo das despesas primárias do Orçamento da União. Quando a parcela esbarra no teto de gastos da União, não há o repasse. A proposta muda a regra dos limites de despesas primárias para evitar que as transferências entrem na conta do teto e o dinheiro fique retido nos cofres da União.

Na prática, se a PEC for aprovada, estados, DF e municípios devem ficar com parte do que for arrecadado em 6 de novembro, data do leilão das novas áreas ricas em petróleo, descobertas no início da exploração do pré-sal. O leilão vai render um bônus de assinatura de R\$ 106,5 bilhões, a ser dividido entre os entes federativos, que ainda devem receber 15% de royalties do petróleo. O excedente em óleo

é destinado à União.

Depois de acertar R\$ 36 bilhões com a Petrobras, a União deve destinar 15% dos outros R\$ 70,5 bilhões arrecadados em bônus de assinatura para os estados e o DF, e outros 15% aos municípios, sem ter problemas com o teto, caso a PEC 98/2019 seja aprovada na Câmara e no Senado.

Orçamento

A PEC também revisa pontos da emenda constitucional do Orçamento Impositivo (Emenda 100, de 2019), que prevê a execução obrigatória de emendas das bancadas estaduais no Orçamento da União, assim como acontece com as emendas individuais.

Da forma como saiu da Câmara, a PEC incluiu a previsão

de que as emendas de bancada sejam aprovadas no limite de 1% da receita corrente líquida prevista na proposta de Orçamento do Executivo, e que pelo menos a metade desse percentual seja destinada a investimentos. No Senado, no entanto, parte dos parlamentares e o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, defenderam que não conste o limite de 1%, uma vez que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) já coloca o código (chamado de RP7) nas emendas impositivas. Ou seja, o que extrapolar o limite de 1% vira opcional e o Executivo pode não pagar.

O relator, senador Cid Gomes (PDT-CE), acatou o argumento e retirou o limite de 1% para apresentação das emendas.

A PEC também autoriza o início de um investimento cuja execução ultrapasse o exercício financeiro, mesmo que isso não esteja previsto no Plano Plurianual (PPA), ou não haja lei autorizando essa inclusão. O texto também permite que a execução orçamentária seja interrompida caso haja impedimentos de ordem técnica justificados, e prevê ainda que a execução do Orçamento pelo governo fica subordinada ao cumprimento das leis que estabelecem metas fiscais ou limites de despesas e não impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais.

Izalci: liberdade econômica vai reduzir burocracia

Izalci Lucas (PSDB-DF) ressaltou na sexta-feira a aprovação da Medida Provisória 881/2019, que cria a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e estabelece garantias para o livre mercado. O senador disse que a iniciativa é fundamental para o desenvolvimento econômico do país e destacou que a aprovação vai desburocratizar a abertura de novas empresas.

— É muito comum, se você quer abrir uma empresa, uma microempresa, você aluga a sala, paga o primeiro mês, o segundo mês, dá entrada no alvará. Essa medida tem um papel fundamental para o desenvolvimento da economia — disse.

Kajuru espera que relator da reforma acate emendas

Jorge Kajuru (Patriota-GO) disse na sexta-feira que espera que o relator da reforma da Previdência (PEC 6/2019), Tasso Jereissati (PSDB-CE), acate emendas sugeridas por ele e outros senadores e também suprima partes para alterar o texto da proposta aprovada pela Câmara dos Deputados.

O senador defendeu, por exemplo, que a regra que limita a pensão por morte do viúvo ou da viúva a 60% do salário do cônjuge que morreu valha somente para os benefícios superiores a dois salários mínimos.

Paim lamenta desmatamento na Amazônia

Paulo Paim (PT-RS) afirmou na sexta-feira estar preocupado com o bloqueio de repasses ao Fundo Amazônia pela Noruega e Alemanha. O fundo tem como compromisso promover ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento.

Entretanto, ressaltou o senador, a área desmatada tem crescido consideravelmente segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Além disso, a região amazônica tem enfrentado um dos piores incêndios nos últimos tempos.

— A floresta amazônica pede socorro — afirmou o senador.

Especialistas: regularização fundiária combaterá desmatamento

Regularização fundiária combinada com assistência técnica, crédito, educação rural e ciência e tecnologia pode ser a fórmula para acabar com o desmatamento e as queimadas na Amazônia, sugeriram na sexta-feira participantes de audiência da Subcomissão Temporária sobre a Regularização Fundiária.

A reunião foi conduzida pelo presidente da subcomissão, Acir Gurgacz (PDT-RO). Segundo o senador, o agricultor pode “limpar e preparar o solo sem precisar recorrer a queimadas, usando técnicas de produção mais modernas, com recursos para financiar a sua produção

sem agredir o meio ambiente, de modo sustentável e com mais produtividade”. Gurgacz disse que, em Rondônia, mais de 70% dos proprietários de imóveis rurais, ou seja, mais de 300 mil pessoas, não têm títulos definitivos dos imóveis, e outras 150 vivem em assentamentos da reforma agrária.

— Não precisamos derrubar uma única árvore para dobrar nossa produção de grãos, da pecuária e da agricultura familiar, o que falta é regularização fundiária e recuperação das áreas degradadas. Precisamos lutar com força pela integração da Amazônia ao território nacional, com mais proteção das

florestas, agricultura de baixo impacto e alta produtividade.

O presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), Carlos Lopes, informou que a agricultura familiar e os pequenos produtores do Brasil são responsáveis por 77% dos empregos formais no campo, abrangendo 85% das propriedades rurais do país. Além disso, o campo representa 40% da população economicamente produtiva, a agricultura familiar é base da economia de 90% dos municípios com menos de 20 mil habitantes e 88% das terras da Amazônia

Legal estão com pequenos produtores, comunidades quilombolas, pescadores, povos originários e assentados da reforma agrária que, sem regularização e escrituração, ficam condicionados à tutela do Estado. E a regularização facilitará o monitoramento, a medição e a repressão ao desmatamento, com tecnologias como georreferenciamento e drones, acrescentou.

A diretora-substituta de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Annie Muzzi, explicou que o instituto tem apenas 78 servidores para tratar da regularização fundiária em todo o território nacional.

O secretário especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Luiz Antônio Nabhan Garcia, afirmou que segurança jurídica acarreta segurança econômica e social. Segundo Nabhan, o governo tem a meta de entregar, de 2019 a 2022, pelo menos 600 mil títulos de propriedade. Ele cobrou empenho do Incra para atingir a meta.



Carlos Lopes, Annie Muzzi, senador Acir Gurgacz, Nabhan Garcia e André Luís Nunes debatem em subcomissão

Debatedores consideram reforma inconstitucional

Para participantes de audiência, proposta do governo para a Previdência causará prejuízos aos mais pobres e violará direitos humanos. Eles pediram que o Senado aperfeiçoe o texto que da Câmara

EM AUDIÊNCIA NA sexta-feira, debatedores criticaram, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), a proposta que reforma a Previdência Social. De acordo com os expositores, a reforma causará prejuízos aos mais pobres e é inconstitucional, pois viola direitos humanos.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), afirmou que espera mais tempo para o debate e disse que não há nenhum senador que conheça, de fato, a proposta de reforma (PEC 6/2019).

— Eu me incluo, porque cada dia tem uma novidade. Então ninguém domina essa reforma. A Câmara sempre fica na expectativa de que o Senado faça a revisão. E eu espero que aconteça, que a gente não só bata carimbo — disse Paim.

O deputado distrital Chico Vigilante (PT) afirmou que a maioria dos brasileiros ainda não sabe a profundidade dessa reforma. Segundo ele, o governo quer economizar tirando dos pobres e da classe média.

— A reforma previdenciária no Brasil pode ser comparada para os trabalhadores com a destruição que está sendo feita na Amazônia. É a mesma coisa. Do jeito que estão transformando a Amazônia em cinzas, vão transformar os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras em cinzas se essa reforma passar — disse.

A advogada e professora Naiara Moraes afirmou que a PEC é inconstitucional porque viola direitos fundamentais e direitos humanos previstos não apenas na Constituição,



Segundo Paim (2º à esq.), Senado precisa exercer papel de Casa revisora

mas em tratados internacionais de que o Brasil é signatário.

— É importante a gente deixar claro que existe posicionamento, sim, de inconstitucionalidade em relação ao texto que pode vir a ser aprovado. E ainda há tempo de reflexão. Nós estamos no Senado. Nós ainda podemos fazer alterações — ressaltou.

PEC paralela

Segundo o vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luiz Antonio Colussi, a chamada PEC paralela, que senadores têm defendido como solução para corrigir problemas da PEC, a fim de não a alterarem no Senado, não deve progredir. Parlamentares inclusive cogitam que a PEC paralela trate exclusivamente de novas regras para o regime de Previdência de servidores de estados e municípios.

— Ela não vai se concretizar. Os que acompanharam a reforma trabalhista viram que o Senado optou por aprovar a reforma como veio da Câ-

mara dos Deputados. E o que aconteceu aqui? Mediante a promessa de uma medida provisória para corrigir alguns pontos, até hoje as medidas não vieram — afirmou.

Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) Clovis Scherer afirmou que o governo quer que as pessoas olhem para a reforma da Previdência como um combate a privilégios e deixem de olhar os reais impactos sobre os que têm baixos rendimentos.

— Quase 80% da economia de custos estimados pelo governo vai recair no RGPS [Regime Geral de Previdência Social], principalmente na aposentadoria por tempo de contribuição, que deixa de existir, e também no gasto com a pensão por morte — afirmou.

Paim afirmou que a supressão de artigos na PEC não farão a proposta voltar à Câmara e que essa hipótese foi feita diversas vezes no Congresso. O presidente da CDH espera que o Senado ainda faça duas sessões temáticas sobre a reforma.

Avança texto que regulamenta imposto sobre herança

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o projeto que estabelece critérios de distribuição de competência entre os estados e o Distrito Federal na cobrança do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) nos casos em que o doador morar no exterior ou quando a herança vier de pessoa falecida cujo inventário tenha sido processado no exterior. O objetivo é afastar conflitos de competência na cobrança do tributo.

Aprovado na terça-feira, o PLS 432/2017-Complementar segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O projeto, do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) determina que só poderá cobrar o imposto o



Intenção de Bezerra é afastar conflitos de competência na cobrança

estado de domicílio de quem recebe a doação ou herança, ainda que o bem (exceto imóveis) esteja localizado em outra unidade federada.

Caso haja mais de um beneficiário, o imposto será repartido proporcionalmente entre as unidades envolvidas. No caso

de doação de bem imóvel, a competência será do estado de localização do imóvel. As regras valerão também para bem doado localizado ou licenciado no exterior, conforme emenda apresentada pelo relator, Oriovisto Guimarães (Podemos-PR).

Comissão aprova acordo para clubes e punição a “cartolas”

O Comitê Olímpico do Brasil (COB), clubes, ligas e confederações de basquete, vôlei e outros esportes podem ter suas dívidas com a União reduzidas se aderirem a um programa de modernização de gestão, proposto por Leila Barros (PSB-DF). O texto da senadora (PL 2.832/2019) é semelhante ao do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut).

A proposta foi aprovada por unanimidade na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira e segue para as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE).

— No projeto, a gente está querendo aprimorar a governança e a transparência nas entidades esportivas — afirmou Leila.

O PL 2.832/2019 cria o Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro (Proesp). De acordo com o projeto, as dívidas das entidades com o setor público poderão ser parceladas em até 20 anos, pela taxa Selic mais 1% e o valor máximo das parcelas seria de R\$ 5 mil.

Auditoria

Ao aderir ao Proesp, a entidade que recebe recursos de loterias deve autorizar a retenção de até 20% do valor para o pagamento dos débitos com a União. O projeto determina ainda a publicação e a auditoria independente da contabilidade, e a aplicação de 30% dos recursos públicos recebidos nas categorias de base, de maneira equânime entre as modalidades masculinas e femininas.

O texto mantém a cobrança integral de correção monetária sobre o principal da dívida, mas as entidades podem ser beneficiadas com descontos de 90% das multas, 80% dos juros e 100% dos encargos.

Leila argumenta que os integrantes do Sistema Nacional de Desporto enfrentam problemas financeiros provocados pelos Jogos Olímpicos de 2016 e pela Copa do Mundo de 2014. Ela alertou que o esporte nacional corre risco de falir em meio à crise financeira e afirmou que muitas confederações e clubes não têm condições de pagar suas dívidas.

O texto em análise é um substitutivo do relator, Jorge Kajuru (Patriota-GO).

Para permanecer no programa, a entidade deve cumprir a Lei Pelé (Lei 9.615, de 1998), como estar em dia com as obrigações fiscais e trabalhistas. O PL 2.832/2019 também exige que os di-



Objetivo de Leila Barros é melhorar a gestão do esporte no país

rigentes tenham mandato máximo de quatro anos, seja transparente na gestão e garanta a representação dos atletas em órgãos e conselhos técnicos reguladores de competições.

Para aderir ao Proesp, a entidade deve incluir no estatuto social o “afastamento imediato e inelegibilidade”, por pelo menos cinco anos, de dirigentes envolvidos em gestão temerária.

O projeto prevê ainda o uso de bens particulares dos dirigentes para ressarcir danos e que eles respondam “solidária e ilimitadamente” por atos ilícitos ou contrários ao estatuto da entidade.

Kajuru propõe ainda transformar a Autoridade Pública de Governança do Futebol (Apfut), criada pela Lei do Profut, em Autoridade Pública de Governança do Esporte (APGE). O senador disse ver com reservas os refinanciamentos de débitos para empresas de qualquer natureza, mas ressaltou a situação delicada dos clubes e entidades desportivas:

“Consideramos, contudo, relevante para o esporte brasileiro, representado, sobretudo, pelos pequenos clubes das várias modalidades esportivas. Todos devem ter o mesmo tratamento das entidades desportivas profissionais de futebol”.

Impacto financeiro

Os senadores Eduardo Braga (MDB-AM) e Cid Gomes (PDT-CE) destacaram que o esporte e os atletas não podem ser punidos em razão da má gestão de dirigentes.

— É um absurdo que a partir da má gestão de pessoas você penalize uma entidade e milhares de atletas passem a ter problemas — avaliou Cid.

Major Olímpio (PSL-SP) sugeriu que a votação da proposta ocorresse depois que a Receita Federal enviasse um relatório de impacto financeiro da medida, mas foi vencido pelo presidente da CAE, Omar Aziz (PSD-AM) e por outros senadores de que era suficiente a anexação posterior do relatório.